

Fundação Presidente Antônio Carlos FUPAC/UBÁ Graduação em Psicologia

## O PAPEL DA PSICOLOGIA FRENTE ÀS DEFICIÊNCIAS: QUANDO O OLHAR PERPASSA A DIFERENÇA

*The role of psychology in the face of disabilities: when the gaze goes beyond difference*

Larissa Fernandes Leite<sup>1</sup>; Luiza Pereira Caldi<sup>1</sup>, Carolina Gouvêia da Silva<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Discente do curso de graduação em Psicologia da Fundação Presidente Antônio Carlos – FUPAC/Ubá, Minas Gerais.

<sup>2</sup> Psicóloga. Especialista em Terapia Cognitiva Comportamental. Mestre em Educação Profissional Tecnológica pelo IF Sudeste MG. Docente da Faculdade Presidente Antônio Carlos-FUPAC.

### RESUMO

O impacto da deficiência no sistema familiar pode desencadear uma crise significativa, influenciando profundamente a dinâmica do lar e os planos futuros, com isso, é imprescindível que essas famílias tenham acesso a redes de suporte social. Nesta perspectiva, o presente trabalho objetiva explorar as profundas transformações na dinâmica familiar provocadas pela chegada de uma criança com deficiência, focando nos desafios emocionais enfrentados pelos pais e a importância de um ambiente acolhedor que forneça um suporte a fim de facilitar o enfrentamento desse processo. O método escolhido consistiu na realização de pesquisas bibliográficas de livros e artigos, nas principais fontes de pesquisa: Scielo e Google Acadêmico no qual abordou-se temas como o processo de enfrentamento familiar e todas as nuances envolvidas, bem como as dificuldades assistenciais enfrentadas, enfatizando as sobrecargas sociais, psicológicas e financeiras que frequentemente levam ao isolamento das famílias, ressaltando também, o vital papel de instituições como a APAE na oferta de serviços especializados e na criação de redes de apoio. Da mesma forma, foram apresentadas algumas contribuições da Psicologia, como a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) e a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), que visam melhorar a qualidade de vida e a autonomia das pessoas com deficiência. Concluiu-se que a construção de uma sociedade verdadeiramente inclusiva depende da mobilização de recursos e da implementação de políticas públicas eficazes que beneficiem tanto as crianças com deficiência quanto suas famílias, enfatizando a importância de uma abordagem integrada e solidária.

**Palavras chave:** Deficiência; Psicologia; Suporte Familiar.

### ABSTRACT

The impact of disabilities on the family system can trigger a significant crisis, deeply influencing the dynamics of a home and its future plans, so it is essential that these families have access to social support networks. From this perspective, this study aims to explore the profound changes in family dynamics caused by the arrival of a child with a disability, focusing on the emotional challenges faced by parents and the importance of a supportive environment to help them cope with this process. The selected method consists of bibliographical research of books and articles which addressed topics such as the family coping process and all the details involved, as well as the assistance difficulties faced, emphasizing the social, psychological and financial burdens that often lead to isolation of families, also highlighting the vital role of institutions such as APAE in offering specialized services and creating support networks. Likewise, some contributions from psychology were presented, such as Acceptance and Commitment Therapy (ACT) and Cognitive-Behavioral Therapy (CBT), which aim to improve the quality of life and autonomy of people with disabilities. It was concluded that building a truly inclusive society depends on mobilizing resources and implementing effective public policies that benefit both children with disabilities and their families, emphasizing the importance of an integrated and supportive approach.

**Keywords:** Disability; Psychology; Family support.

### Correspondência

Nome: Larissa Fernandes Leite  
E-mail: [lf3724155@gmail.com](mailto:lf3724155@gmail.com)

Nome: Luiza Pereira Caldi  
E-mail: [luizacaldi03@gmail.com](mailto:luizacaldi03@gmail.com)

## INTRODUÇÃO

A chegada de uma criança com deficiência provoca mudanças profundas na dinâmica familiar, obrigando os pais a reavaliar seus papéis e responsabilidades. Esse processo, muitas vezes desafiador, é acompanhado por uma jornada emocional complexa, repleta de sentimentos como negação, raiva e tristeza. Além disso, as expectativas sociais em torno da “perfeição” e as incertezas quanto ao futuro da criança agravam esses desafios, afetando não só o relacionamento conjugal, mas também as interações com irmãos e outros membros da família (Brad, 1995).

Nesse contexto, a aceitação emerge como um passo essencial, que requer tempo e apoio adequado. Criar um ambiente acolhedor e compreensivo é fundamental para que os pais reconheçam a criança como um indivíduo integral, com necessidades e potencialidades próprias (Silva & Santos, 2017).

O suporte emocional e a orientação profissional desempenham um papel crucial, ajudando as famílias a superar dificuldades iniciais e a construir um ambiente que favoreça o desenvolvimento saudável da criança, ao mesmo tempo que fortalece os laços familiares (Ministério da Saúde, 2012; Glat, 1996; Marques, 2019; Palácios, 2004; Batista & França, 2007; Sikora, 2010; Souza & Boemer, 2003).

O impacto da deficiência no sistema familiar pode desencadear uma crise significativa, influenciando profundamente a dinâmica do lar e os planos futuros. As famílias frequentemente enfrentam uma sobrecarga social, psicológica e financeira, o que pode resultar em isolamento e falta de suporte adequado (Franco, 2016; Associação Brasileira de Saúde Coletiva [ABRASCO], 2019). Diante desses desafios, é imprescindível que essas famílias tenham acesso a redes de suporte social, nas quais os profissionais de saúde desempenham um papel fundamental, facilitando o acesso a esses recursos (Franco, 2016).

Instituições de reabilitação, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), surgem como fontes essenciais de apoio, fornecendo serviços especializados e promovendo a troca de experiências entre as famílias. Esse tipo de suporte é essencial para garantir a qualidade de vida das famílias e dos próprios indivíduos com deficiência (Organização Mundial da Saúde [OMS], 2015). Nesse contexto, a história da assistência educacional no Brasil, com a fundação da Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais e da APAE, ressalta os esforços contínuos para atender às necessidades dessas famílias (Barreto & Barreto, 2014).

Dentro do âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF), o cuidado à criança com deficiência envolve ações de prevenção e monitoramento, com foco na inclusão social e na melhoria da qualidade de vida, visto que uma abordagem interdisciplinar é fundamental para garantir o desenvolvimento das crianças e o bem-estar de suas famílias (Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2018; Silva et al., 2020).

A Psicologia tem um papel central na promoção da inclusão e do bem-estar de pessoas com deficiência, contribuindo para a criação de ambientes mais justos e acolhedores. Os psicólogos atuam como mediadores, promovendo a autonomia e auxiliando na garantia dos direitos das pessoas com deficiência, além de facilitar o acesso a serviços e recursos essenciais (Conselho Regional de Psicologia, 2019).

Nessa premissa das contribuições da Psicologia, abordagens terapêuticas, como a Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) e a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), oferecem ferramentas valiosas para lidar com essas questões. A ACT, por exemplo, ao ter como objetivo a promoção da flexibilidade psicológica, auxilia os indivíduos a se relacionarem de maneira mais adaptativa com suas experiências internas, alinhadas aos seus valores (Hayes, Strosahl & Wilson, 2021). Por outro lado, a TCC foca na reformulação de crenças disfuncionais e no desenvolvimento de habilidades de enfrentamento, melhorando a qualidade de vida dos pacientes (Beck, 2022).

Além disso, intervenções como o treinamento de pais têm mostrado eficácia na melhoria da dinâmica familiar e na promoção de interações positivas, especialmente com crianças com deficiência (Bolsoni-Silva & Marturano, 2002), uma vez que o suporte emocional oferecido às famílias é substancial para ajudá-las a lidar com os desafios do diagnóstico, proporcionando um ambiente mais estável para o desenvolvimento da criança (Donohue et al., 2014).

A partir de vivências acadêmicas e pessoais, surgiu o interesse em explorar como a dinâmica familiar se transforma com a chegada de uma criança com deficiência e quais desafios emocionais os pais enfrentam nesse contexto. Esse interesse se aprofundou ao perceber como a aceitação da condição e o suporte social impactam a qualidade de vida das famílias, além de influenciarem o desenvolvimento da criança. Com isso, busca-se entender melhor as dificuldades que emergem nesse processo, assim como identificar estratégias que possam promover um ambiente familiar mais acolhedor e propício ao crescimento e à inclusão.

O presente estudo tem como objetivo investigar as complexas transformações na dinâmica familiar que ocorrem quando uma criança com deficiência entra na família, bem como os desafios emocionais enfrentados pelos pais nesse processo. A chegada de uma criança com necessidades especiais muitas vezes demanda uma reavaliação profunda dos papéis parentais e das responsabilidades, levando a um período de adaptação que pode ser tanto desafiador quanto transformador. Buscaremos compreender como a aceitação da condição da criança, juntamente com o suporte emocional e as intervenções profissionais, influenciam não apenas a adaptação dos pais, mas também o desenvolvimento e o bem-estar da criança. Além disso, será importante explorar as diferentes fases emocionais que os pais podem vivenciar, como negação, raiva e tristeza, e como esses sentimentos afetam as interações familiares. A pesquisa se propõe a iluminar os caminhos que levam à construção de um ambiente familiar mais acolhedor e solidário, que não só reconhece as necessidades únicas da criança, mas também promove a resiliência e a coesão familiar diante das adversidades.

Neste enquadramento, o trabalho foi dividido em três capítulos. O primeiro tem como objetivo apresentar o enfrentamento dos familiares diante da descoberta da deficiência, bem como possibilidades de redescobrir novos caminhos. O segundo capítulo aborda os desafios assistenciais no acompanhamento de famílias com crianças com deficiência e por fim, o terceiro capítulo refere-se às possibilidades de atuação da Psicologia frente às deficiências.

## **DESENVOLVIMENTO**

### **O enfrentamento dos familiares diante da descoberta da deficiência: redescobrimos possibilidades**

Quando um bebê chega ao mundo, a configuração familiar se transforma em termos de status e de vínculos, criando uma dinâmica de novos e diversos papéis. Essa transição é particularmente intensa em famílias que têm crianças com deficiência, pois demanda dos pais uma redistribuição de obrigações e uma adaptação na estrutura familiar (Brad, 1995).

Durante a gravidez, as mães se preparam para o nascimento do filho, enfrentando momentos de grande expectativa. Elas esperam que o bebê nasça saudável e se encaixe na ideia de "perfeição" conforme sua percepção e as exigências da sociedade, pois têm receio da exclusão social e dos desafios caso apresente alguma deficiência. Essa situação pode gerar conflitos emocionais no casal devido ao aumento das responsabilidades com a criança, o que

provavelmente pode afetar o relacionamento conjugal. Além disso, é possível que surjam sentimentos de rejeição por parte dos filhos “saudáveis”, acompanhados pela pressão excessiva de atender às necessidades do filho com deficiência. A discriminação por parte da sociedade e até mesmo dos familiares, também é um fator frequentemente observado neste contexto (Silva & Santos, 2017).

O nascimento de uma criança com deficiência frequentemente é acompanhado por uma série de dúvidas, inseguranças e incertezas, que podem ser particularmente intensas quando se considera a saúde da criança, seu desenvolvimento e as perspectivas de autonomia futura. Essas preocupações podem gerar um impacto significativo na capacidade dos pais de aceitarem plenamente o bebê, uma vez que envolvem questões complexas e variadas. O desafio emocional associado a essas incertezas não apenas afeta a aceitação imediata do recém-nascido, mas também pode influenciar o processo de adaptação e planejamento para o futuro da criança e da família. Portanto, essas emoções desempenham um papel crucial na dinâmica familiar e na aceitação do novo membro, evidenciando a necessidade de apoio e compreensão para facilitar essa transição (Ministério da Saúde, 2012).

O enfrentamento da deficiência em crianças é um processo complexo que envolve uma jornada emocional de negação, adaptação e aceitação. O apoio familiar e o suporte profissional são fundamentais para criar um ambiente favorável ao crescimento da criança, permitindo que as famílias compreendam e lidem com as necessidades de seus filhos com deficiência. Uma vez que, ao reconhecer a criança como um ser humano que enfrenta desafios e desfruta de alegrias, as famílias podem encontrar um caminho para a aceitação e o amor incondicional (Glat, 1996).

Nesta premissa de processo de aceitação, Marques (2019), aponta que os pais de filhos com deficiência podem experimentar fases emocionais aos processos de adaptação perante essa descoberta do desconhecido, conforme a Tabela 1.

**Tabela 1: Fases emocionais e processos de adaptação dos pais na aceitação de um filho com deficiência**

<b>FASE/ADAPTAÇÃO</b>	<b>DESCRIÇÃO</b>
Negação	Período que pode durar de dias a anos, em que os pais precisam de tempo para processarem e aceitarem a situação.
Reações emocionais e intensas	Momento marcado por sentimentos de raiva, tristeza e decepção, acompanhado de pensamentos extremos que refletem a dor e não uma

	intenção real.
Dificuldades de aceitação	Emoções intensas dificultam a aceitação de conselhos e soluções, exigindo um suporte empático e compreensivo.
Culpa e busca por responsáveis	Período em que os pais podem sentir culpa, culpando, por exemplo, os parceiros ou médicos, o que pode complicar a aceitação.
Profunda tristeza e luto	Enfrentamento de realidade, com abandono de expectativas idealizadas, permitindo a expressão de sentimentos reprimidos.
Aceitação	A família encontra um novo propósito, ajustando expectativas e reconhecendo o valor do filho, fortalecendo os laços familiares.

Fonte: Marques (2019)

Como apontado na Tabela 1, o período da negação pode se prolongar por dias, meses ou até mesmo anos, uma vez que a família pode demandar de um tempo necessário para expressar seus sentimentos, compreender e elaborar a situação. Esse tempo é particular e varia de um caso para outro, contudo, a maioria dos pais necessita de um tempo substancial para enfrentar a realidade e conseguir estabelecer uma relação com a criança (Batista & França 2007; Camargo & Londero et al., 2008; Murphy 2011).

Após a fase inicial de adaptação, os pais frequentemente enfrentam uma liberação de reações impulsivas, manifestando-se em sentimentos intensos de decepção, raiva e tristeza. Essa fase pode ser marcada por pensamentos extremos, como o desejo de que a criança não tivesse nascido. É importante ressaltar, contudo, que tais pensamentos refletem a profundidade da dor e da angústia vivida, e não uma intenção real de algum mal à criança. Durante esse período, a aceitação de sugestões e soluções por parte de outros pode ser extremamente difícil, pois a intensidade emocional, por vezes, domina o pensamento racional. As emoções avassaladoras podem criar barreiras significativas para a aceitação e para a adaptação à nova realidade. Portanto, é crucial que o suporte oferecido seja baseado em empatia e compreensão, proporcionando um ambiente acolhedor que permita aos pais processarem suas emoções de maneira construtiva, facilitando a transição para uma fase de aceitação mais equilibrada (Marques, 2019).

Quando os pais enfrentam dificuldades na aceitação de um filho com deficiência e experimentam uma profunda culpa associada à rejeição, muitas vezes surge a necessidade de encontrar um responsável para aliviar a angústia emocional. Essa busca por culpados pode se direcionar ao parceiro, ao médico ou até mesmo aos antecedentes familiares. O ato de

identificar um responsável pode ser percebido como uma estratégia para entender e controlar a situação, oferecendo uma forma de lidar com a dor e o desamparo. No entanto, essa escolha pode complicar o processo de aceitação e adaptação, com isso, é essencial que os pais recebam suporte adequado para enfrentar esses sentimentos e promover uma reconstrução emocional, fortalecendo as relações familiares, de modo a criar um ambiente de acolhimento, compreensão e resiliência (Marques, 2019).

A chegada de um filho com deficiência, seja congênita ou adquirida, pode provocar mudanças profundas nas rotinas e estilos de vida familiares, sendo um evento muitas vezes inesperado e emocionalmente desafiador. Esse acontecimento pode ser percebido como traumático e confuso, levando muitos pais a vivenciarem sentimentos intensos de tristeza, angústia e, em alguns casos, depressão. Assemelhando-se ao processo de luto, esses sentimentos podem gerar conflitos internos profundos e impactar a saúde mental dos pais, que precisam redefinir papéis e responsabilidades no cuidado da criança. A sobrecarga emocional, aliada à dificuldade de lidar com essa nova realidade, pode resultar em depressão, manifestada pela sensação de desamparo, isolamento social, perda de interesse em atividades cotidianas e até conflitos conjugais. Em situações extremas, alguns pais não conseguem lidar com a situação, optando por abandonar seus filhos em instituições, além de enfrentarem dificuldades em manter a qualidade de vida, preservar o lazer e as amizades (Palácios, 2004).

Nesse cenário, a aceitação representa uma etapa crucial no processo de adaptação. Para que ela se concretize plenamente, após a superação dos desafios iniciais, é essencial que a família adote uma visão realista tanto da criança quanto de sua deficiência. É fundamental reconhecer que, antes de qualquer diagnóstico, a criança é, sobretudo, uma criança, com as mesmas necessidades e desafios diários enfrentados por qualquer outra. Com isso, promover essa compreensão entre os pais é uma condição indispensável para o sucesso desse processo (Batista & França, 2007; Glat, 1997).

O apoio familiar é crucial para superar as dificuldades enfrentadas pelos pais de crianças com deficiência. Mesmo sem compreender completamente de onde vem sua força, os pais persistem na busca pelo bem-estar de seus filhos. A dinâmica familiar e as interações emocionais entre os membros têm influência significativa no desenvolvimento da personalidade da criança. Dessa forma, é responsabilidade dos familiares criar um ambiente propício para o crescimento e desenvolvimento adequado. (Silva & Alves, 2021)

O início da vida de uma criança com deficiência é um momento essencial tanto para

os pais quanto para a criança, pois ambos necessitam de cuidados especializados. Durante esse período, a família assume um papel fundamental, fornecendo o suporte necessário para que a criança se desenvolva da melhor forma possível dentro de suas limitações. É imprescindível que os pais compreendam bem a deficiência do filho a fim de esclarecer dúvidas e escolher os recursos mais apropriados, garantindo assim um desenvolvimento saudável e eficaz para a criança (Sikora, 2010).

A família é o primeiro e mais importante ambiente onde a criança estabelece contatos sociais. E no caso de indivíduos com deficiência, cujas interações sócio-afetivas podem ser mais limitadas, é ainda mais importante valorizar e fortalecer as relações interpessoais no contexto familiar. Assim, a família deve criar um ambiente que favoreça o desenvolvimento dessas interações e potencialize o crescimento da criança dentro de suas limitações (Souza & Boemer, 2003).

Nessa perspectiva, durante esse período, o papel dos profissionais de saúde envolve proporcionar informações e suporte, ajudando na identificação e compreensão das necessidades do filho para que a família perceba a criança como um ser humano genuíno, integral e pleno de significados (Batista & França, 2007).

No próximo capítulo serão abordados os desafios assistenciais, bem como a importância do acompanhamento de familiares de crianças com deficiência.

### **Desafios assistenciais: o acompanhamento de familiares com criança com deficiência**

O nascimento ou a aquisição de uma deficiência por um indivíduo, seja na infância, adolescência ou juventude, precipita uma crise profunda no sistema familiar. Esse evento, independentemente de sua etiologia, altera radicalmente a dinâmica do lar e compromete os planos futuros, impondo uma realidade onde nada permanece como antes (Franco, 2016).

A sobrecarga adicional enfrentada pelas famílias de crianças com deficiência abrange diversos aspectos: social, psicológico, financeiro, nas demandas de cuidados e reabilitação da criança. De acordo com a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), essas famílias muitas vezes encontram-se isoladas e sem apoio adequado (Associação Brasileira de Saúde Coletiva [ABRASCO], 2019).

Nesse contexto, é essencial que essas famílias acessem as redes de suporte social disponíveis na comunidade, sendo uma das responsabilidades dos profissionais de saúde incentivar e facilitar o encaminhamento da família aos órgãos e entidades competentes. De acordo com Franco (2016), as instituições de apoio desempenham um papel crucial,

funcionando como laços fortes entre a família e a sociedade (Franco, 2016).

As instituições de reabilitação da criança com deficiência são vistas pelas famílias como uma fonte significativa de suporte para suas demandas. Além de oferecerem serviços especializados, essas instituições proporcionam um ambiente acolhedor, onde as famílias podem ter a experiência de encontrar situações similares, possibilitando a troca de sentimentos e vivências. Nessa conjuntura, segundo a OMS (2015), o suporte social é um dos fatores determinantes para a qualidade de vida das famílias com crianças com deficiência (OMS, 2015).

Na década de 30, foi fundada a Sociedade Pestalozzi de Minas Gerais, um marco importante na assistência educacional de pessoas com deficiência no Brasil. A partir de 1945, essa instituição começou a se expandir pelo país, promovendo inovações significativas no campo da educação inclusiva, inspirando a criação da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), que surgiu em um contexto histórico marcado pela negligência governamental na prestação de serviços essenciais, como educação e saúde. Nesse mesmo ano, foi implementado o primeiro atendimento educacional especializado para pessoas com superdotação, refletindo uma crescente valorização das diversas necessidades educacionais (Barreto; Barreto, 2014).

Sob a influência do modelo europeu da escola-novista<sup>1</sup>, a educação especial no Brasil passou por um processo de transformação, integrando abordagens psicológicas e psicopedagógicas na educação de crianças com deficiência. No entanto, essa evolução não conseguiu se desvincular do caráter institucionalizador que ainda predominava nesse contexto. Embora a intenção fosse oferecer um ensino mais adequado e especializado, na prática, isso resultou na exclusão dos alunos considerados "diferentes" das salas de aula das escolas regulares. Além disso, observou-se uma generalização da deficiência intelectual, que passou a incluir comportamentos que não se alinhavam aos padrões sociais e educacionais da época. Essa visão reducionista contribuiu para a marginalização de indivíduos que, por diversas razões, não atendiam às expectativas estabelecidas, perpetuando estigmas e dificultando a inclusão efetiva na sociedade, com isso, essa perspectiva homogênea da deficiência não apenas limita as oportunidades educacionais, mas também reforçou a exclusão social, criando barreiras que persistem até os dias atuais (Barreto; Barreto, 2014).

Seguindo essa premissa evolutiva, Helena Antipoff desempenhou um papel crucial

---

<sup>1</sup> Refere-se a uma abordagem educacional que prioriza inovação e métodos pedagógicos modernos.

nesse movimento, contribuindo ativamente para a criação da primeira escola especial da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), inaugurada em 1954, no Rio de Janeiro. Sua influência se estendeu além da fundação da APAE, uma vez que ela também foi fundamental na formação de um considerável número de profissionais que se dedicaram à área da educação especial nos anos seguintes, promovendo práticas pedagógicas inovadoras e inclusivas (Barreto; Barreto, 2014).

A Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais desde então se tornou uma referência no apoio a pessoas com deficiência intelectual. Com um enfoque inovador, a associação não apenas oferece assistência médico-terapêutica, mas também promove a inclusão social e o desenvolvimento integral dos atendidos. Ao longo de sua trajetória, a APAE se destacou por seu compromisso em melhorar a qualidade de vida das pessoas com deficiência e suas famílias, visto que seu modelo de atendimento é baseado em uma abordagem multidisciplinar, que envolve profissionais de diversas áreas, como psicologia, fisioterapia e pedagogia, garantindo um atendimento holístico e personalizado (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais [APAE], 2021).

A expansão da APAE é notável, sendo que, atualmente, a organização está presente em mais de 2.200 municípios em todo o Brasil. Essa capilaridade permite o acesso a serviços essenciais, que vão desde educação especializada até orientação e suporte psicológico, contribuindo para a autonomia e a inserção social dos atendidos. Além disso, a instituição desempenha um papel crucial na conscientização e na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, promovendo campanhas de sensibilização que buscam eliminar estigmas e preconceitos. Sua atuação vai além do atendimento direto, influenciando políticas públicas e promovendo a construção de uma sociedade mais inclusiva (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais [APAE], 2024).

No contexto estadual, a primeira APAE mineira foi fundada na década de 50, na cidade de São Lourenço, com grande estímulo da Professora Helena Antipoff. Em 1983, foi criada a Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais, liderada por Paulo Campos Guimarães, Alayde de Souza Melo Tibo, Pe. Luís Zver e Eduardo Barbosa. Em 11 de setembro de 1992, com cerca de 130 APAEs já existentes, a Federação foi oficialmente constituída e atualmente congrega 432 APAEs mineiras e 9 instituições co-irmãs, organizadas em 35 Conselhos Regionais, sendo que o primeiro Conselho, com sede em Pará de Minas, ajudou a moldar uma identidade que favoreceu o desenvolvimento de estratégias para enfrentar desafios e promover

conquistas significativas (Federação das APAEs do Estado de Minas Gerais, 2024).

Sequenciando a rede de cuidados às pessoas com deficiência e suas famílias, a atenção à criança com deficiência no âmbito da Estratégia Saúde da Família (ESF) envolve o delineamento de ações de prevenção, monitoramento dos casos existentes no território e reconhecimento da prevalência de novos casos. A ESF, conforme indicado pelo Ministério da Saúde em 2018, deve promover a inclusão social e a qualidade de vida das crianças e suas famílias. Fatores como autonomia e autoconfiança devem ser incentivados, assim como a participação em grupos de convivência, permitindo que os familiares e as crianças interajam com outras pessoas em situações semelhantes (Associação Brasileira de Saúde Coletiva, 2018).

Ressalta-se que as estratégias de inclusão e suporte devem ser contínuas e ajustadas às necessidades individuais, o que reforça a importância de uma abordagem interdisciplinar e colaborativa entre os diversos setores da sociedade. A integração entre saúde, educação e assistência social é fundamental para garantir o pleno desenvolvimento das crianças com deficiência e o bem-estar de suas famílias (Silva et al., 2020).

O acompanhamento de familiares com crianças com deficiência é um desafio complexo que requer uma abordagem multifacetada. É essencial que os profissionais de saúde e as instituições estejam preparados para oferecer o suporte necessário, promovendo um ambiente de inclusão e acolhimento. Somente com a mobilização de recursos adequados e a implementação de políticas públicas eficazes será possível melhorar a qualidade de vida dessas famílias e promover o desenvolvimento integral das crianças com deficiência (Barbosa; Balieiro; Pettengill, 2012).

O capítulo seguinte abordará possibilidades de atuação da Psicologia frente às deficiências e vieses de atuação.

### **Possibilidades de atuação da Psicologia frente às deficiências**

A Psicologia exerce um papel fundamental na promoção da inclusão e do bem-estar de pessoas com deficiência, atuando como uma força transformadora na sociedade. Sua atuação vai além do cuidado individual, estendendo-se à construção de ambientes justos e acolhedores. Ao combater práticas de isolamento e discriminação, a Psicologia assegura que essas pessoas sejam reconhecidas como indivíduos plenos, com direitos e capacidades. Nesse contexto, os profissionais da psicologia atuam como mediadores entre as pessoas com deficiência, suas

famílias e os serviços disponíveis, promovendo a autonomia e a participação ativa em decisões que impactam suas vidas. Essas abordagens fortalecem os vínculos familiares e garantem que as pessoas tenham voz em seus próprios processos, promovendo a acessibilidade em todas as esferas da vida (Conselho Regional de Psicologia São Paulo, 2019).

A Psicologia também deve adotar uma perspectiva crítica sobre os ambientes em que as pessoas com deficiência estão inseridas, pois muitas das dificuldades enfrentadas são decorrentes de barreiras sociais e institucionais, e não de limitações pessoais. Dessa forma, a profissão deve trabalhar ativamente na desconstrução de paradigmas que perpetuam a exclusão, promovendo mudanças no ambiente educacional e social. Além disso, a atuação do profissional de psicologia é crucial na prevenção de violações de direitos, como discriminação e opressão. O compromisso ético exige vigilância constante para garantir que a dignidade e os direitos das pessoas com deficiência sejam respeitados, uma vez que, ao reconhecer essas pessoas como sujeitos de direitos, a Psicologia se posiciona como um agente ativo na construção de uma sociedade mais justa (Conselho Regional de Psicologia São Paulo, 2019).

As possibilidades de atuação da Psicologia são amplas e incluem o apoio à desinstitucionalização, promovendo a vivência em comunidade, além do fortalecimento de políticas públicas que assegurem a inclusão social. A prática psicológica deve envolver a promoção da saúde integral, garantindo acesso igualitário e defendendo a educação inclusiva como um direito fundamental. Em síntese, a psicologia não apenas oferece suporte individual, mas também desempenha um papel crucial na construção de uma sociedade mais inclusiva e humana. O compromisso ético desse profissional é assegurar que todas as pessoas, independentemente de suas condições, tenham a oportunidade de viver com dignidade, autonomia e liberdade de escolha (Conselho Regional de Psicologia São Paulo, 2019).

Diante dessa amplitude prática, tem-se na Terapia de Aceitação e Compromisso (ACT) uma abordagem que entende o sofrimento humano ligado à inflexibilidade psicológica, como uma dificuldade que resulta em sofrimento e em um funcionamento mal adaptativo. Indivíduos com regras verbais muito rígidas e impraticáveis podem perder a atenção no momento presente e tendem a evitar situações aversivas, limitando seus repertórios comportamentais. Essa limitação, impede que experimentem as consequências positivas de suas ações, dificultando a possibilidade de mudança comportamental (Eilers & Hayes, 2015).

Nessa circunstância, a ACT tem como objetivo promover a flexibilidade psicológica, incentivando a liberdade de pensamentos, sentimentos, emoções e sensações corporais sem

juízos. A ACT busca permitir que o paciente interprete suas experiências de maneira mais flexível, sem considerá-las como verdades absolutas. Em outras palavras, a abordagem visa transformar a função dessas experiências e a forma como o indivíduo percebe os eventos, alterando o contexto e a função dos pensamentos, permitindo que ele se envolva em comportamentos mais adaptativos e alinhados aos seus valores (Hayes, Strosahl & Wilson, 2021).

A ACT não tem como finalidade eliminar a dor ou as experiências internas desagradáveis, e sim reconhecer a inevitabilidade na existência humana. Em vez disso, busca capacitar os indivíduos a viverem uma vida significativa e com propósitos, mesmo diante das adversidades (Luoma et al., 2007).

A matrix da ACT é uma ferramenta central que ilustra como experiências internas (pensamentos e sentimentos) e ações se interconectam, ajudando os indivíduos a vivenciarem suas vidas de maneira mais eficaz. Dividida em quatro quadrantes, a matrix aborda aspectos fundamentais da experiência humana, no qual o primeiro quadrante representa as experiências internas, que incluem pensamentos e emoções frequentemente desconfortáveis. Muitas vezes, as pessoas tendem a evitá-las, o que pode resultar em sofrimento. O segundo quadrante foca nas ações que surgem em resposta a essas experiências, incluindo comportamentos de evitação que podem afastar o indivíduo de uma vida significativa. Já o terceiro quadrante explora os valores, que refletem o que é importante para a pessoa e orientam suas decisões, e o quarto representa a vida significativa, resultante da ação do alinhamento com os valores, mesmo diante de experiências internas desafiadoras (Hayes, Strosahl & Wilson, 1999).

Essa matrix permite que os indivíduos, auxiliados pelos terapeutas, visualizem suas escolhas, reconhecendo a influência das experiências internas sobre suas ações e promovendo um maior ajuste entre comportamentos e valores. Além de facilitar a auto reflexão, ela ajuda na identificação de padrões de comportamentos a serem moldados para melhorar a realização pessoal. Dessa forma, a matrix se torna um recurso valioso na prática clínica, proporcionando um caminho para a mudança e a construção de uma vida mais significativa, tendo importante papel na ressignificação perante a deficiência (Hayes, Strosahl & Wilson, 1999).

Sequenciando as possibilidades de contribuições da Psicologia, a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), desenvolvida por Aaron Beck nas décadas de 60 e 70, concentra-se em uma abordagem cognitiva que visa identificar e reformular crenças disfuncionais, além de implementar estratégias comportamentais que auxiliam na redução dos sintomas e na

prevenção da recorrência de diversos transtornos. Inicialmente projetada para o tratamento da depressão, a TCC se expandiu para abordar uma ampla gama de distúrbios, como ansiedade, fobias e transtornos de personalidade, sendo aplicada em diversos contextos, incluindo escolas e clínicas, em formatos que abrangem atendimento individual, em grupo, de casal e familiar (Beck, 2022).

Os planos de tratamento da TCC baseiam-se em princípios universais, como uma formulação cognitiva contínua, uma aliança terapêutica sólida e o monitoramento regular do progresso do indivíduo, que permite ajustar a abordagem conforme necessário. A terapia prioriza a colaboração ativa da pessoa, orientando-se por valores e metas específicas, e adota um caráter educativo que capacita o indivíduo a entender e modificar seus padrões de pensamento. As sessões são estruturadas para facilitar a descoberta guiada e ensinar habilidades para lidar com crenças disfuncionais, incluindo planos de ação e técnicas para modificar pensamentos, humor e comportamento, trazendo uma melhoria significativa na qualidade de vida do indivíduo (Beck, 2022).

Correlacionando as propostas da Psicologia para a intervenção frente às deficiências, entre as várias ferramentas oferecidas pela TCC, a psicoeducação se destaca como uma intervenção psicossocial fundamental. Essa abordagem fornece à pessoa informações acerca do diagnóstico, incluindo a etiologia, o funcionamento, os tratamentos mais indicados e o prognóstico. Ao disponibilizar essas informações, a psicoeducação capacita o indivíduo, bem como os familiares, transformando-os em colaboradores ativos no processo terapêutico. Essa colaboração não apenas fortalece a relação entre os envolvidos, mas também promove a autonomia do sujeito, resultando em um engajamento mais eficaz no tratamento. Assim, a psicoeducação é uma estratégia essencial para otimizar os resultados terapêuticos e melhorar a qualidade de vida do indivíduo e de suas famílias (Baretta et al., 2016).

Dentre as possibilidades de intervenção psicológica, no contexto clínico e da saúde, o treinamento de pais visa aprimorar o repertório comportamental de mães e pais no manejo da conduta dos filhos, fundamentando-se no princípio da educação assertiva. Essa abordagem visa promover interações não coercitivas e comportamentos pró-sociais. Amplamente utilizado, o treinamento dos pais é uma estratégia eficaz para trabalhar questões de relacionamento familiar e capacitar os pais a melhorar os resultados educacionais de seus filhos (Bochi, Friedrich, & Pacheco, 2016).

Os modelos de treinamento de pais são reconhecidos como intervenções efetivas para

apoiar o desenvolvimento de crianças, especialmente aquelas com deficiências. Essas intervenções não apenas ajudam os pais a melhorar suas habilidades parentais, mas também abordam as necessidades específicas dessas crianças, que frequentemente enfrentam desafios adicionais em suas interações sociais e comportamentais. O ambiente familiar, que é crucial para o desenvolvimento infantil, pode ser aprimorado por meio de práticas que promovam uma dinâmica familiar positiva. O acolhimento emocional para famílias de crianças com deficiência é essencial para lidar com os desafios que surgem após o diagnóstico. Quando os pais se deparam com essa situação, é comum sentirem frustração e desestruturação, então oferecer apoio psicológico e recursos de suporte é fundamental para ajudá-los a lidar com essas dificuldades e promover uma estrutura emocional mais sólida para toda a família (Donohue et al., 2014; Hodgetts, Savage, & McConnell, 2013).

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente estudo objetivou apresentar o processo que permeia a descoberta da deficiência, bem como a importância do suporte à família perante esse evento inesperado, e apresentar possibilidades de atuação da Psicologia e outros serviços de apoio.

O primeiro capítulo abordou o enfrentamento dos familiares diante da descoberta da deficiência, apontando que à medida em que a família avança nesse processo, o apoio emocional e psicológico torna-se essencial para facilitar a adaptação e fortalecer os laços familiares, ressaltando a importância do suporte para auxiliar na criação de um ambiente mais estável e acolhedor, contribuindo para que a família redescubra novas possibilidades de amor, crescimento e superação, transformando o que antes parecia um obstáculo em uma oportunidade de resiliência e união.

No segundo capítulo, refletiu-se a relevância das redes de apoio social e instituições de reabilitação para promover a inclusão e melhorar a qualidade de vida dessas famílias. A atuação de profissionais de saúde e a colaboração entre os setores da sociedade são essenciais para garantir um ambiente acolhedor e inclusivo. Assim, a mobilização de recursos e políticas públicas adequadas é crucial para o desenvolvimento integral das crianças com deficiência e o bem-estar de seus familiares.

Por fim, no terceiro capítulo destacou-se o importante papel que a Psicologia desempenha na promoção de qualidade de vida para as famílias de indivíduos com deficiência e de ambientes acolhedores, por meio de abordagens como a Terapia de Aceitação e

Compromisso (ACT) e a Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC), de forma a capacitar os indivíduos a viverem de forma significativa mesmo diante dos desafios enfrentados pela deficiência. Ressaltando que o apoio aos pais, mediante o treino parental e o acolhimento emocional das famílias, é essencial para enfrentar as dificuldades associadas às deficiências. Assim, a Psicologia se afirma como uma aliada fundamental na construção de uma sociedade mais inclusiva.

O presente estudo evidenciou que as dificuldades enfrentadas pelas famílias de pessoas com deficiência são frequentemente subestimadas na literatura existente. Embora haja um foco predominante na pessoa com deficiência, analisou-se que o suporte emocional e instrucional para as famílias é igualmente crucial para o desenvolvimento e bem-estar da criança. Este trabalho visa preencher lacunas, destacando a importância do apoio familiar e a necessidade de um cuidado estruturado para os cuidadores. Enfatiza-se que, sem o apoio emocional adequado, os familiares podem ter dificuldade em oferecer o suporte necessário às pessoas com deficiência. Assim, o estudo contribui para uma compreensão mais holística do cuidado, propondo que a atenção deva ser estendida para incluir as famílias como um todo.

Entretanto, é importante reconhecer as limitações desta pesquisa, uma vez que a escassez de literatura recente limita a profundidade da análise, e muitos dos dados coletados podem não refletir as experiências de todas as famílias, especialmente aquelas de diferentes contextos socioeconômicos. Assim, com base nas lacunas identificadas, futuras pesquisas podem explorar mais a fundo as dinâmicas familiares no contexto da deficiência, particularmente em relação ao suporte disponível e às dificuldades enfrentadas.

Em suma, a valorização do papel das famílias no cuidado de pessoas com deficiência é essencial para promover uma inclusão verdadeira e eficaz. Este estudo não apenas reforça a importância do suporte familiar, mas também propõe um novo olhar sobre como a sociedade pode se organizar para oferecer a assistência necessária tanto às pessoas com deficiência quanto às suas famílias. A construção de uma rede de apoio que abrange ambos os lados é um passo fundamental em direção a uma sociedade mais inclusiva e solidária.

## **REFERÊNCIAS**

Associação Brasileira de Saúde Coletiva (2018). *Guia da Estratégia Saúde da Família*. Ministério da Saúde.

Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais (2024) *Quem somos*.

<http://apaebrazil.org.br/pagina/a-apael>

Barbosa, M. A. M., Gomes Balieiro, M. M. F., & Pettengill, M. A. M. (2012). Cuidado centrado na família no contexto da criança com deficiência e sua família: Uma análise reflexiva. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 21(1): 194-199.

Baretta, R. A., Ferreira, M. G., & Quioca, K. (2016). *Psicoeducação enquanto técnica da teoria comportamental cognitiva*. Trabalho apresentado no IX Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão, Joaçaba, SC, Brasil.

Barreto, M. A. de O. C., & Barreto, F. de O. C. (2014). *Educação inclusiva: Contexto social e histórico, análise das deficiências e uso das tecnologias no processo de ensino-aprendizagem*. São Paulo, SP: Saraiva.

Batista, S., & França, R. (2007). Família de pessoas com deficiência: Desafios e superação. *Revista de Divulgação Técnico-Científica do ICPG*, 3(10), 117-121.

Beck, J. S. (2022). *Terapia Cognitivo-Comportamental: Teoria e Prática* (3ª ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.

Bradt, J. O. (1995). Tornando-se pais: Famílias com filhos pequenos. In B. Carter & M. McGoldrick (Eds.). *As mudanças do ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar* (2ª ed.). Porto Alegre: Artmed.

Camargo, H. P. S., & Landero, D. A. (2008). Implicações do diagnóstico na aceitação da criança com deficiência: Um estudo qualitativo. *Texto interação em Psicologia*, 12(2), 277-289.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. (2019). *Nota técnica de orientação sobre a atuação das(os) psicólogas(os) no atendimento de pessoas com deficiência*.

Donohue, B., Azrin, N. H., Bradshaw, K., Van Hasselt, V. B., Cross, C. L., Urgelles, J., Romero, V., Hill, H. H., & Allen, D. N. (2014). A controlled evaluation of family behavior therapy in concurrent child neglect and drug abuse. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 82(4), 706–720. <https://doi.org/10.1037/a0036920>

Eilers, H. J., & Hayes, S. C. (2015). Terapia de prevenção de exposição e resposta com exercícios de desfusão cognitiva para reduzir comportamentos repetitivos e restritivos exibidos por crianças com transtorno do espectro autista. *Autismo*, 19, 18-31. <https://doi.org/10.1016/j.rasd.2014.12.014>

Federação das APAEs de Minas Gerais (2024). *A Federação*. <https://feapaesmg.org.br/federacao/>

Forehand, R., Thigpen, J. C., Parent, J., Hardcastle, E. J., Bettis, A., & Compas, B. E. (2012). The role of parent depressive symptoms in positive and negative parenting in a preventive intervention. *Journal of Family Psychology*, 26(4), 532–541. <https://doi.org/10.1037/a0028406>

- Franco, V. (2016). Tornar-se pai/mãe de uma criança com transtornos graves do desenvolvimento. *Educar em Revista*, 59, 35-48.
- Glat, R. (1996). O papel da família na interação do portador de deficiência. *Revista Brasileira de Educação Especial*, 02(04), 111-118.
- Hayes, S. C., Strosahl, K. D., & Wilson, K. G. (2021). *Terapia de aceitação e compromisso: O processo e a prática da mudança consciente* (2ª ed.). Porto Alegre, RS: Artmed.
- Hodgetts, S., Savage, A., & McConnell, D. (2013). Experience and outcomes of Stepping Stones Triple P for families of children with autism. *Research in Developmental Disabilities*, 34(9), 2572–2585. <https://doi.org/10.1016/j.ridd.2013.05.005>
- Luoma, J. B., Hayes, S. C., & Walser, R. D. (2007). Os seis processos centrais da ACT e seu alvo comum. In J. B. Luoma, S. C. Hayes, & R. D. Walser (Eds.). *Aprendendo ACT: Um manual de treinamento de habilidades em terapia de aceitação e compromisso para terapeutas* (pp. 9-22). Novo Hamburgo, RS: Synopsys Editora.
- Marinho, M. L., & Silveiras, E. F. de M. (2001). Modelos de orientação a pais de crianças com queixas diversificadas. In C. R. Wielenska. *Sobre comportamento e cognição: questionando e ampliando a teoria e as intervenções clínicas e outros contextos* (pp. 165-178). São Paulo, SP: ESETec.
- Marques, L. P. (2019). Reações familiares diante da criança em situação de deficiência. *Revista Educação & Formação*, 4(12), 67–81. <https://doi.org/10.25053/redufor.v4i12.912>
- McGilloway, S., Mhaille, G. N., Bywater, T., Furlong, M., Leckey, Y., Kelly, P., Comiskey, C., & Donnelly, M. (2012). A parenting intervention for childhood behavioral problems: A randomized controlled trial in disadvantaged community-based settings. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 80(1), 116–127. <https://doi.org/10.1037/a0026304>
- Ministério da Saúde (2012). *Saúde da pessoa com deficiência: diretrizes, políticas e ações*. <http://portalms.saude.gov.br/saude-para-voce/saude-da-pessoa-com-deficiencia/acoes-e-programas/rede-de-cuidados-a-pessoa-com-deficiencia>
- Moura, L., & Valério, N. (2003). A família da criança deficiente. *Caderno de Pós-Graduação em Distúrbios do Desenvolvimento*, 3(1), 47-51.
- Murphy, A. (2011). Criando um filho portador de deficiência. In S. Pueschel (Ed.), *Síndrome de Down: Guia para pais e educadores* (pp. 33-45). Campinas, SP: Papirus.
- Organização Mundial da Saúde. (2015). *Relatório Mundial sobre Deficiência*. São Paulo, SP: Organização Mundial da Saúde.
- Palácios, J. (2004). Mudança e desenvolvimento durante a idade adulta e a velhice. In C. Coll, A. Marchesi, & J. Palácios (Eds.). *Desenvolvimento psicológico e educação: Psicologia evolutiva* (pp. 371-388). Porto Alegre, RS: Artmed.

Pardo, M. B. L., & Carvalho, M. M. S. B. (2012). Grupos de orientação de pais: Estratégias para intervenção. *Contextos Clínicos*, 5(2), 80-87. <https://doi.org/10.4013/ctc.2012.52.02>

Sikora, D. (2010). Algumas considerações sobre a deficiência e o papel da família e da escola. *Analecta*, 11(2), 23-39.

Silva, A. B., & Santos, C. D. (2017). Expectativas e conflitos emocionais durante a gravidez: Percepções sociais sobre deficiência e dinâmica familiar. *Psicologia em Pesquisa*, 11(2), 67-82.

Silva, D. F., & Alves, C. F. (2021). Aceitação Familiar da Criança com Deficiência: Revisão Sistemática da Literatura. *Revista Psicologia: Ciência e Profissão*, 41, 1-15..

Silva, N. D. C. (2021). *Uma análise da APAE enquanto organização social e o seu papel na educação das pessoas com deficiência*. [Monografia de Conclusão de Curso, Universidade Evangélica de Goiás].

Silva, R. et al. (2020). Integração entre saúde, educação e assistência social. *Journal of Public Health*, 34(1), 56-78.

Souza, L. G. A., & Boemer, M. R. (2003). O ser-com o filho com deficiência mental – alguns desvelamentos. *Paidéia*, 13(26), 209-219.